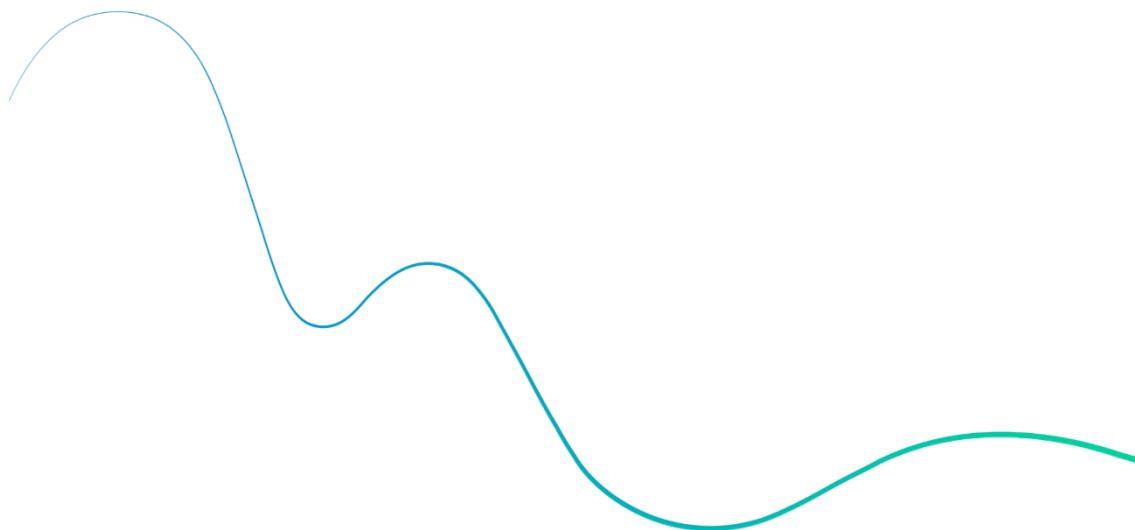


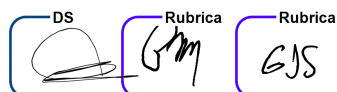
Braincare Desenvolvimento e Inovação Tecnológica S.A.

*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de
dezembro de 2025*



Conteúdo

<i>Relatório da Administração</i>	3
<i>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</i>	5
<i>Balanços patrimoniais</i>	8
<i>Demonstrações de resultados</i>	9
<i>Demonstrações de resultados abrangentes</i>	10
<i>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</i>	11
<i>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</i>	12
<i>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</i>	13

DS Rubrica Rubrica


Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

O ano de 2025 foi marcado por importantes avanços para a Companhia, incluindo a conquista dos primeiros clientes nos Estados Unidos, a primeira exportação para América Latina, a conquista de clientes referência no Brasil e a melhora significativa na retenção de hospitais e indicadores de adoção.

Nos Estados Unidos encerramos o ano com 4 clientes e faturamento de \$123,500 (R\$ 689.735). Amadurecemos nossa proposta comercial e estamos transformando os clientes iniciais em referências que podem alavancar nossas vendas futuras.

Na América latina, fechamos 3 parcerias de distribuição (Argentina, Chile e República Dominicana) e já realizamos a primeira exportação de 20 licenças para a República Dominicana, o que gerou uma receita inicial de \$60.000 (R\$ 335.094) e gerará receitas adicionais quando as licenças forem implementadas nos hospitais pelo distribuidor.

No Brasil, seguimos expandindo nossa base de clientes, com destaque para o Hospital das Clínicas e o Hospital Albert Einstein, que podem no médio prazo se transformar em referências importantes para nossa expansão comercial.

Continuamos investindo na expansão do nosso mercado endereçável via novas aplicações. Destacamos o projeto realizado com recursos governamentais não reembolsáveis da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) que visa comprovar os benefícios da utilização da solução brain4care nos ambientes de urgência e emergência. O projeto poderá abrir um novo segmento importante no Brasil e nos Estados Unidos, onde existem cerca de 4.500 centros de urgência e emergência.

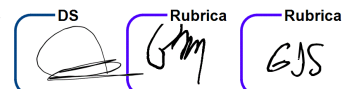
Também avançamos de forma consistente no projeto REVIVER60+, com destaque para a implementação de um modelo de triagem e monitoramento contínuo em instituição de longa permanência; o desenvolvimento do conceito de check-up de longevidade cerebral no Hospital Mãe de Deus de Porto Alegre/RS, e a estruturação de um projeto de triagem na cidade Veranópolis/RS, capital da longevidade no Brasil, para monitoramento populacional acima de 60 anos, criando um novo modelo de cuidado em escala e ligado à Secretaria de Saúde Municipal.

Os principais destaques operacionais consolidados da Braincare em 2024 foram:

- **Vendas.** Finalizamos o ano com 99 clientes pagantes (81 em 2024), aumento de 22%. A receita líquida atingiu R\$ 4.384 mil (R\$ 2.582 mil em 2024) aumentando 70%. A receita recorrente anual (ARR) faturada ao final do ano de 2025 foi de R\$ 4.202 mil (R\$ 3.046 mil em 2024), aumento de 38%.
- **Adoção.** Em 2025, foram realizadas 16.064 monitorizações em clientes (12.168 em 2024), com crescimento de 32%. Em número de pacientes, foram monitorados 9.249 pacientes no período (8.564 em 2024), aumento de 8%.
- **Talentos.** No Brasil, sem considerar os estagiários, encerramos o ano com 32 colaboradores (26 em 2024) e nos Estados Unidos, encerramos com 4 colaboradores (4 em 2024).
- **Pesquisa.** Encerramos o ano tendo acumulado 187 pesquisas realizadas ou em andamento (177 em 2024) e 134 publicações científicas (102 em 2024). O engajamento da comunidade científica tem superado nossas expectativas: no acumulado, publicações com nossa tecnologia atingiram 1.593 citações (1.081 em 2024). Estamos enriquecendo nossa base de dados de pesquisa a cada dia e encerramos 2025 tendo registros de 12.351 indivíduos (9.736 em 2024).

Os principais destaques financeiros consolidados foram:

- **Custos de servir.** Os custos totalizaram R\$ 957 mil (R\$ 758 mil em 2024) com aumento de 26%. O lucro bruto foi R\$ 3.427 mil (R\$ 1.825 mil em 2024) com crescimento de 88%.

DS Rubrica Rubrica


- **Despesas.** As despesas de vendas, gerais e administrativas ficaram estáveis mesmo com o aumento da receita e fecharam em R\$ 21.418 mil (R\$ 21.406 mil em 2024). Outras despesas e receitas operacionais somaram R\$ 192 mil no ano (R\$ 57 mil em 2024) com aumento de 235%.
- **Resultado.** O resultado antes das receitas e despesas financeiras foi negativo em R\$ 18.182 mil (R\$ 19.638 mil em 2024), com redução do prejuízo em R\$ 1.455 mil. Já o resultado líquido consolidado em 31 de dezembro de 2025 foi negativo em R\$ 17.018 mil (R\$ 19.408 mil em 2024), com melhora de R\$ 2.390 mil.
- **Funding.** Ao longo do ano, foram realizados aportes de capital no valor de R\$ 16.958 mil (R\$ 11.197 mil em 2024) no âmbito da captação autorizada pela AGE de 18.02.2025. A Braincare fechou o ano com um caixa e equivalentes de caixa consolidado de R\$ 1.841 mil (R\$ 2.916 mil em 2024).

A equipe brain4care está unida e orgulhosa das conquistas, motivada com os desafios e confiante nos resultados deste novo ciclo que se inicia.

Reforço nossa satisfação e o privilégio em poder contar com a confiança de todos vocês nesta jornada.

Plínio Targa.
ceo@brain4care

DS Rubrica Rubrica
The image shows three blue-bordered boxes arranged horizontally. The first box is labeled 'DS' and contains a handwritten signature. The second box is labeled 'Rubrica' and contains a stylized signature. The third box is labeled 'Rubrica' and contains the initials 'EJS'.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
 Avenida Presidente Vargas, 2.121
 Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
 Edifício Times Square Business
 14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
 Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
 Telefone +55 (16) 3323-6650
 kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e administração da Braincare Desenvolvimento e Inovação Tecnológica S.A.

São Carlos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Braincare Desenvolvimento e Inovação Tecnológica S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Braincare Desenvolvimento e Inovação Tecnológica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de

DS

Rubrica

Rubrica



ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,

DS

Rubrica

Rubrica




eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Ribeirão Preto, 13 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/0-5 F SP


Fábio Roberto Elias Tymburiba
Contador CRC 1SP214859/O

DS


Rubrica

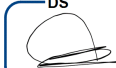

Rubrica


BALANÇO PATRIMONIAL**BRAIN CARE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA S/A**


Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2.025	2.024	2.025	2.024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	3	1.527.153	2.598.093	1.840.936	2.915.613
Aplicações Financeiras	4	3.281.048	-	3.281.048	-
Contas a receber	5	773.095	152.509	1.135.176	152.509
Estoques	6	696.104	603.858	857.567	603.858
Adiantamentos a funcionários e terceiros		53.746	14.567	53.747	14.566
Impostos a recuperar	7	429.863	261.080	429.863	261.080
		6.761.009	3.630.107	7.598.337	3.947.626
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	7	26.713	30.274	26.713	30.274
Ativos fiscais diferidos	15	3.510	80	3.510	80
Investimentos	16	436.623	-	-	-
Imobilizado	8	2.250.183	2.245.364	2.331.880	2.450.008
Intangível	9	60.437	60.501	60.437	60.501
		2.777.466	2.336.219	2.422.540	2.540.863
TOTAL DO ATIVO		9.538.475	5.966.326	10.020.877	6.488.489
PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO					
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	10	146.943	57.309	621.005	1.083.153
Obrigações tributárias	11	157.357	137.611	157.357	137.611
Obrigações trabalhistas	12	439.161	299.722	439.161	299.722
Passivo de arrendamento	13	147.203	120.647	147.203	120.647
Empréstimos com partes relacionadas		-	-	-	6.192
		890.664	615.289	1.364.726	1.647.325
NÃO CIRCULANTE					
Passivo de arrendamento	13	61.855	204.699	61.855	204.699
Subvenção Governamental - FINEP	14	3.722.109	-	3.722.109	-
Provisão para perda em controlada	16	-	503.041	-	-
		3.783.964	707.740	3.783.964	204.699
TOTAL DO PASSIVO		4.674.628	1.323.029	5.148.690	1.852.024
PATRIMONIO LÍQUIDO					
Capital social	17	1.969.895	1.882.509	1.969.895	1.882.509
Reservas de capital	17	109.509.259	92.348.485	109.509.259	92.348.485
Prejuízos acumulados	17	(105.243.168)	(88.326.208)	(105.243.168)	(88.326.208)
Ajustes de avaliação patrimonial	17	(1.372.139)	(1.261.489)	(1.372.139)	(1.261.489)
		4.863.847	4.643.297	4.863.847	4.643.297
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES				8.340	(6.832)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.538.475	5.966.326	10.020.877	6.488.489


DS


Rubrica



Rubrica


Braincare Desenvolvimento E Inovação Tecnológica S.A**Demonstrações de resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Em Reais)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2.025	2.024	2.025	2.024
Receita operacional líquida	20	3.900.846	2.761.878	4.384.155	2.582.928
Custo dos serviços prestados	21	(990.762)	(804.883)	(957.043)	(758.188)
Lucro bruto		2.910.084	1.956.995	3.427.112	1.824.740
Despesas com vendas	22	(660.660)	(335.010)	(660.660)	(335.010)
Despesas administrativas e gerais	22	(12.130.551)	(11.686.544)	(20.757.815)	(21.071.064)
Outras receitas operacionais	22	30.989	4.140	98.031	17.554
Outras despesas operacionais	22	(289.662)	(74.682)	(289.662)	(74.682)
Resultado de equivalência patrimonial	16	(7.942.451)	(9.173.768)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		(18.082.251)	(19.308.869)	(18.182.994)	(19.638.462)
Despesas financeiras	23	(236.332)	(154.019)	(236.332)	(154.019)
Receitas financeiras	23	1.398.193	396.215	1.398.193	396.215
Resultado antes dos impostos		(16.920.390)	(19.066.673)	(17.021.133)	(19.396.266)
Imposto de renda e contribuição social	15	3.430	(11.626)	3.430	(11.626)
Prejuízo do exercício		(16.916.960)	(19.078.299)	(17.017.703)	(19.407.892)
Participação de não controladores				100.742	152.649
Prejuízo do exercício consolidado				(16.916.961)	(19.255.243)
Atribuível à					

DS


Rubrica


Rubrica


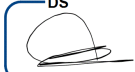
Braincare Desenvolvimento E Inovação Tecnológica S.A

Demonstrações de resultados abrangentes


Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(16.916.960)	(19.407.892)	(17.017.703)	(19.407.892)
Efeitos a Conversão de moeda estrangeira	(110.650)	(85.397)	(110.650)	(85.397)
Prejuízo líquido abrangente do exercício	<u>(17.027.610)</u>	<u>(19.493.289)</u>	<u>(17.128.353)</u>	<u>(19.493.289)</u>

DS


Rubrica

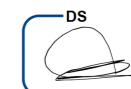

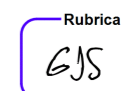

Rubrica


Braincare Desenvolvimento E Inovação Tecnológica S.A**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio Líquido	Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.807.462	81.151.493	(69.247.909)	(1.176.092)	12.534.955	4.570	12.539.525
Aumento de capital	17a	75.047	11.122.310	-	-	11.197.357	-	11.197.357
Ganho de capital na diluição		-	-	-	-	-	140.171	140.171
Opções outorgadas reconhecidas	17b	-	74.682	-	-	74.682	-	74.682
Prejuízo do exercício		-	-	(19.078.299)	-	(19.078.299)	(152.649)	(19.230.948)
Efeitos da conversão de moeda estrangeira		-	-	-	(85.397)	(85.397)	1.076	(84.321)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.882.509	92.348.485	(88.326.208)	(1.261.489)	4.643.298	(6.832)	4.636.466
Aumento de capital e reserva	17a / 17c	87.386	16.871.112	-	-	16.958.497	-	16.958.497
Ganho de capital na diluição	17e	-	-	-	-	-	131.695	131.695
Opções outorgadas reconhecidas	17b	-	289.662	-	-	289.662	-	289.662
Lucros não realizados com partes relacionadas		-	-	-	(33.903)	(33.903)	-	(33.903)
Prejuízo do exercício		-	-	(16.916.960)	-	(16.916.960)	(117.024)	(17.033.984)
Efeitos da conversão de moeda estrangeira		-	-	-	(76.747)	(76.747)	501	(76.246)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.969.895	109.509.259	(105.243.168)	(1.372.139)	4.863.847	8.340	4.872.187
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-

DS
Rubrica
Rubrica




Braincare Desenvolvimento E Inovação Tecnológica S.A**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2.025	2.024	2.025	2.024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(16.916.960)	(19.078.299)	(17.017.703)	(19.407.892)
Ajustes por:					
Depreciação e amortização		889.776	427.103	957.013	444.329
Perda baixa imobilizado		10.904	206.059	10.904	206.059
Varição cambial não realizada		(13.040)	232	(13.040)	232
Opções de ações outorgadas	17	289.662	74.682	289.662	74.682
Provisão perda estimada créditos liquidação duvidosa	5	8.980	2.439	8.980	2.439
Reversão provisão perda estimada créditos liquidação duvidosa	5	-	(4.140)	-	(4.140)
Juros s/arrendamento		48.167	19.319	48.167	19.319
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(3.430)	11.626	(3.430)	11.626
Resultado de equivalência patrimonial		7.942.451	9.173.768	-	-
		(7.743.490)	(9.167.211)	(15.719.447)	(18.653.346)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		(629.566)	98.829	(991.647)	98.829
Estoque		(92.246)	201.616	(253.709)	201.616
Adiantamentos a funcionários e terceiros		(39.179)	152.312	(39.179)	152.312
Impostos a recuperar		(165.221)	144.723	(165.221)	144.723
Fornecedores		89.634	(61.300)	(462.148)	653.223
Obrigações trabalhistas		139.439	(125.518)	139.439	(125.518)
Obrigações tributárias		19.746	11.627	19.746	11.627
Subvenção - Finep		3.722.109	-	3.722.109	-
		(4.698.774)	(8.744.922)	(13.750.057)	(17.516.534)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais					
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado		(900.990)	(840.568)	(900.990)	(902.675)
Aumento de capital em controlada	15	(8.992.765)	(8.365.470)	-	-
Aumento de aplicação financeira		(3.281.048)	-	(3.281.048)	-
		(13.174.803)	(9.206.038)	(4.182.038)	(902.675)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos					
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Mútuos		-	-	(6.192)	6.192
Aumento de Capital e reserva		16.958.498	11.197.357	16.958.498	11.197.357
Juros pagos sobre arrendamento		(48.167)	(19.319)	(48.167)	(19.319)
Pagamento de arrendamento		(120.733)	(142.530)	(120.733)	(142.530)
		16.789.598	11.035.508	16.783.406	11.041.700
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento					
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa					
		(1.083.979)	(6.915.452)	(1.148.689)	(7.377.509)
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		2.598.093	9.513.777	2.915.613	10.213.063
Ganhos (perdas) cambiais sobre o saldo de caixa de controlada no exterior		13.039	(232)	74.012	80.059
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício		1.527.153	2.598.093	1.840.936	2.915.613
		(1.083.979)	(6.915.452)	(1.148.689)	(7.377.509)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
Rubrica
Rubrica


1 Contexto operacional

A Braincare Desenvolvimento e Inovação Tecnológica S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é constituída na forma de uma sociedade anônima de capital fechado, tendo sede na Avenida Bruno Ruggiero Filho, 971 P. Santa Felícia, São Carlos, SP, CEP 13562-420. A Companhia conta com filial na Cidade de São Paulo onde são desenvolvidas atividades de gestão, *marketing* e vendas.

A Companhia e sua subsidiária (conjuntamente referidas como “Grupo”) envolvem-se no desenvolvimento, pesquisa e comercialização de tecnologias voltadas à monitorização de sinais vitais do sistema nervoso central. O Grupo é detentor de certas propriedades intelectuais que incluem patentes no Brasil, Estados Unidos e Europa. Além disso, o Grupo detém outros direitos como marcas, *softwares* e domínios.

O Grupo comercializa atualmente suas tecnologias para hospitais e clínicas médicas. Estes clientes recebem os sensores e acessórios (*hardware*) em comodato e pagam pelo licenciamento do *software* na nuvem que permite analisar, armazenar e gerar relatórios sobre os dados coletados com o monitoramento dos pacientes.

a) Entidades do Grupo

Entidade	Cidade /Estado – País		Participação acionária	
			2025	2024
Braincare USA Corp.	Delaware - Estados Unidos da América	Controlada	98,72%	98,66%

As demonstrações financeiras do Grupo abrangem a controlada direta denominada Braincare USA Corp. com sede em 2711 Centerville Road, Suite 400, Wilmington, Delaware, New Castle County 19808, Estados Unidos da América. A participação da Companhia na sua Controlada é de 98,72% (noventa e oito por cento) do capital social. O aumento do percentual de participação sobre a Braincare USA ocorreu por conta dos aportes realizados em 2025 pela Controladora, conforme aprovações pelo Conselho de Administração. Com os aportes, houve diluição das ações do sócio minoritário. A Controlada que até 2024 encontrava-se em estágio pré-operacional, iniciou suas atividades comerciais no mês de maio de 2025 com a conquista do primeiro cliente.

2 Base de apresentação e políticas contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e estão de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria do Grupo em

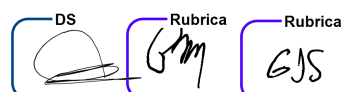
Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 2(d) e 2(f).

Conforme apresentado na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentou prejuízo de R\$ 17.017.703 (R\$ 19.407.892 em 2024). Para fazer frente a suas obrigações e gastos para

o ano de 2026, o Grupo conta com caixa e equivalente de caixa de R\$ 1.840.936. Além disso, a Companhia autorizou em 06 de fevereiro de 2026 um aumento de capital de USD 4 milhões (equivalente a R\$ 21.032.000 pela cotação do dia anterior à AGE de aumento de capital) com investidores atuais.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo conseguirá cumprir o seu plano de negócios do período 2026 a 2027.

DS Rubrica Rubrica



b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia

c) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, quando aplicáveis, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas nº 8 e 9** - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado e amortização do intangível; e
- **Nota explicativa nº 15** – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na **nota explicativa nº 19** - Instrumentos financeiros.

d) Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas em e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

e) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia e sua controlada não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

i) Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis (IFRS 18)

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão e sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

ii) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7 CPC 40).

f) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais sobre os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

g) Políticas contábeis materiais

A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao exercício apresentado nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicações ao contrário.

Abaixo apresentamos um índice das políticas contábeis materiais, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Investimentos em empresa controlada

- (a) **Controladora:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A única controlada foi totalmente consolidada a partir da data em que o controle foi transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. O investimento na empresa controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, a participação financeira na controlada é reconhecida nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais desta empresa, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”. Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.
- (b) **Consolidado:** A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de sua controlada. As informações sobre controle estão descritas na nota explicativa nº 16. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de “Participação dos acionistas não-controladores”. As transações e saldos entre a Companhia e sua controlada são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

c. Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações financeiras da controlada no exterior

Os saldos de ativos e passivos da Controladora e da controlada no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiper inflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

DS	Rubrica	Rubrica
		

d. Caixas e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de até três meses ou menos com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

e. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização dos estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

g. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessária.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. A vida útil estimada dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos estão descritas na nota explicativa nº 7.

h. Intangível

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e consiste no *software* de computador adquirido, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela sua recuperabilidade. O Grupo revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. A amortização é calculada pelo método linear pelo período de 5 anos.

i. Perdas por redução ao valor recuperável

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte

que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito do Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias e não houver algum acordo com o cliente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos o Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 120 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais e corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, no entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

O Grupo considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.


Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

DS Rubrica Rubrica



j. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

k. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera ser pago se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

m. Reconhecimento da receita

(i) Venda de mercadorias

O Grupo segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pelo Grupo, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

As receitas operacionais das vendas de produtos foram apresentadas pelos seus valores líquidos, excluindo impostos, devoluções, descontos incondicionais e bonificações aos clientes.

(ii) Prestação de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

n. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em arrendamentos a pagar no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

o) Subvenção governamental

Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	-	113	-	113
Bancos	1.527.153	2.597.980	1.840.936	2.915.500
	1.528.153	2.598.093	1.840.936	2.598.093

O Grupo considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos. Aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados em 101% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2025 e 2024, respectivamente

4 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Vinculadas a Subvenção do FINEP	3.281.048	-	3.281.048	-
	3.281.048	-	3.281.048	-

Os recursos recebidos do FINEP, bem como a contrapartida assumida pela Braincare, serão destinados exclusivamente para aplicação no projeto aprovado pela FINEP, e são remunerados em 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2025.

5 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes nacionais	244.606	158.067	244.606	158.067
Clientes estrangeiros	543.027	-	905.108	-
(-) PECLD	(14.538)	(5.559)	(14.538)	(5.559)
	773.095	152.509	1.135.176	152.509

No exercício de 2024, a Companhia revisou o seu critério e com base no seu histórico de perda no recebimento de clientes ocorrida entre 2020 a 2023, e definiu por provisionar 0,19% sobre a sua receita bruta, com isso, realizando uma reversão da provisão no montante de R\$1.701. Em 2025 baseado no seu histórico de recebimento de clientes ocorrido entre 2024 e 2025, definiu por provisionar 0,39% sobre a sua receita bruta, lançou como provisão para perda no montante de R\$8.980.

O prazo médio de recebimento para os clientes nacionais é de 18 dias (19 em 2024). Para exportações, o prazo médio de pagamento é 60 dias para Estados Unidos (intracompany) e 120 dias para países da América Latina.

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	165.787	161.200	327.250	161.200
Material em elaboração	178.316	128.930	178.316	128.930
Matérias primas e embalagens	352.001	313.728	352.001	313.728

696.104	603.858	857.567	603.858
----------------	----------------	----------------	----------------

7 Impostos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	26.713	30.275
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	15.861	39.233
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ saldo negativo	268.678	107.589
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	85.348	65.946
Provisão para IRRF sobre aplicação	8.303	4.784
Outros impostos a recuperar	51.673	43.528
Impostos a recuperar	456.576	291.354
Circulante	429.863	261.080
Não circulante	26.713	30.274

A Administração considera que os créditos de ICMS poderão ser recuperados em parte ou na sua totalidade com futuras vendas de produtos.

8 Imobilizado

A movimentação do imobilizado para a Controladora está apresentada a seguir:

31 de dezembro de 2025						
Custo	Período de depreciação em anos	Saldo inicial	Transferências	Adições	Baixas	Saldo final
Imóveis (*)	2	954.685	-	4.446	-	959.131
Instalações	10	119.941	-	8.161	-	128.102
Móveis e utensílios	10	81.525	-	3.132	-	84.657
Máquinas e equipamentos	10	820.405	-	66.085	-	886.490
Equip. de processamento de dados	5	338.604	-	337.875	(2.493)	673.986
Benfeitorias	10	65.588	-	-	-	65.588
Bens em comodato	2,5	84.654	-	-	-	84.654
Comodato com terceiros	2,5	1.351.943	98.358	333.592	(3.021)	1.780.872
Imobilizado em andamento	-	16.119	(98.358)	152.144	(6.101)	63.804
Total		3.833.464	-	905.435	(11.615)	4.727.284
Depreciação		Saldo inicial	Transferências	Adições	Baixas	Saldo final
Imóveis (*)		(632.869)	-	(136.21)	-	(769.090)
Instalações		(72.609)	-	(12.499)	-	(85.108)
Móveis e utensílios		(45.883)	-	(8.399)	-	(54.282)
Máquinas e equipamentos		(152.426)	-	(86.919)	-	(239.345)
Equip. de processamento de dados		(248.304)	-	(78.057)	35	(326.326)
Benfeitorias		(65.589)	-	-	-	(65.589)
Bens em comodato		(31.776)	-	(3.528)	-	(35.304)
Comodato com terceiros		(338.644)	-	(564.089)	676	(902.057)
Total		(1.588.100)	-	(889.712)	711	(2.477.101)
Imobilizado líquido		2.245.364	-	15.723	(10.904)	2.250.183

31 de dezembro de 2024						
Custo	Período de depreciação em anos	Saldo inicial	Transferências	Adições	Baixas	Saldo final
Imóveis (*)	2	613.301	-	341.384	-	954.685
Instalações	10	119.941	-	-	-	119.941
Móveis e utensílios	10	81.525	-	-	-	81.525
Máquinas e equipamentos	10	426.753	-	393.652	-	820.405
Equip. de processamento de dados	5	320.093	-	20.221	(1.710)	338.604
Benfeitorias	10	65.588	-	-	-	65.588

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



Bens em comodato	10	146.198	-	4.720	(66.264)	84.654
Comodato com terceiros	10	1.245.319	7.183	406.209	(306.768)	1.351.943
Imobilizado em andamento	-	9.189	(7.183)	15.766	(1.653)	16.119
Total		3.027.907	-	1.181.952	(376.395)	3.833.464

Depreciação	Saldo inicial	Transferências	Adições	Baixas	Saldo final
Imóveis (*)	(508.136)	-	(124.733)	-	(632.869)
Instalações	(60.615)	-	(11.994)	-	(72.609)
Móveis e utensílios	(37.731)	-	(8.152)	-	(45.883)
Máquinas e equipamentos	(93.311)	-	(59.115)	-	(152.426)
Equip. de processamento de dados	(197.848)	-	(51.473)	1.016	(248.304)
Benfeitorias	(65.588)	-	-	-	(65.589)
Bens em comodato	(58.036)	-	(14.501)	40.761	(31.776)
Comodato com terceiros	(310.658)	-	(156.544)	128.558	(338.644)
Total	(1.331.923)	-	(426.512)	170.335	(1.588.100)

Imobilizado líquido	1.695.984	-	755.440	(206.060)	2.245.364
----------------------------	------------------	----------	----------------	------------------	------------------

(*) Saldo referente ao direito de uso (CPC 06) dos imóveis alugados para a matriz e filial.

A movimentação do imobilizado para o Consolidado está apresentada a seguir:

Custo	31 de dezembro de 2025					
	Período de depreciação em anos	Saldo inicial	Transferências	Adições	Baixas	Saldo final
Imóveis (*)	2	954.685	-	4.446	-	959.131
Instalações	10	119.941	-	8.161	-	128.102
Móveis e utensílios	10	108.082	-	3.132	-	111.214
Máquinas e equipamentos	10	1.016.400	-	66.085	-	1.082.485
Equip. de processamento de dados	5	338.604	-	337.875	(2.493)	673.986
Benfeitorias	10	65.588	-	-	-	65.588
Bens em comodato	2,5	84.654	-	-	-	84.654
Comodato com terceiros	2,5	1.512.734	98.358	333.592	(3.021)	1.941.663
Imobilizado em andamento	-	16.119	(98.358)	152.144	(6.101)	63.804
Total		4.216.807	-	905.435	(11.615)	5.110.627

Depreciação	Saldo inicial	Transferências	Adições	Baixas	Saldo final
Imóveis (*)	(632.869)	-	(136.221)	-	(769.090)
Instalações	(72.609)	-	(12.499)	-	(85.108)
Móveis e utensílios	(56.565)	-	(4.933)	-	(61.498)
Máquinas e equipamentos	(320.443)	-	(86.919)	-	(407.362)
Equip. de processamento de dados	(248.304)	-	(78.057)	35	(326.329)
Benfeitorias	(65.588)	-	-	-	(65.589)
Bens em comodato	(31.776)	-	(3.528)	-	(35.304)
Comodato com terceiros	(338.544)	-	(690.600)	676	(1.028.468)
Total	(1.766.799)	-	(1.012.757)	711	(2.778.747)

Imobilizado líquido	2.450.008	-	(107.322)	(10.904)	2.331.880
----------------------------	------------------	----------	------------------	-----------------	------------------

Custo	31 de dezembro de 2024					
	Período de depreciação em anos	Saldo inicial	Transferências	Adições	Baixas	Saldo final
Imóveis (*)	2	613.301	-	341.384	-	954.685
Instalações	10	119.941	-	-	-	119.941
Móveis e utensílios	10	116.371	-	-	(8.289)	108.082
Máquinas e equipamentos	10	560.640	-	455.760	-	1.016.400
Equip. de processamento de dados	5	320.093	-	20.221	(1.710)	338.604
Benfeitorias	10	65.588	-	-	-	65.588
Bens em comodato	10	146.198	-	4.720	(66.264)	84.654
Comodato com terceiros	10	1.245.319	7.183	406.209	(145.976)	1.512.734
Imobilizado em andamento	-	9.186	(7.183)	15.766	(1.653)	16.116

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



Total	3.196.640	-	1.244.060	(223.892)	4.216.807
Depreciação	Saldo inicial	Transferências	Adições	Baixas	Saldo final
Imóveis (*)	(508.136)	-	(124.733)	-	(632.869)
Instalações	(60.615)	-	(11.994)	-	(72.609)
Móveis e utensílios	(42.868)	-	(13.697)	-	(56.565)
Máquinas e equipamentos	(249.647)	-	(70.796)	-	(320.443)
Equip. de processamento de dados	(197.847)	-	(51.473)	1.016	(248.304)
Benfeitorias	(65.588)	-	-	-	(65.588)
Bens em comodato	(58.036)	-	(14.501)	40.761	(31.776)
Comodato com terceiros	(310.658)	-	(156.544)	128.658	(338.544)
Total	(1.493.395)	-	(443.738)	170.335	(1.766.799)
Imobilizado líquido	1.703.244	-	800.322	(53.557)	2.450.008

(*) Saldo referente ao direito de uso (CPC 06) dos imóveis alugados para a matriz e filial.

Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A Administração da Companhia com base em suas análises, não identificou a necessidade de realizar o teste de redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

9 Intangível

A movimentação do intangível para a Controladora e é apresentada a seguir:

Custo	Prazo de amortização em anos	31 de dezembro de 2025		
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Programas de computador	5	464.421	-	464.421
Marcas e patentes		60.437	-	60.437
Total		524.858	-	524.858
Amortização				
Programas de computador		(464.357)	(64)	(464.421)
Total		(464.357)	(64)	(464.421)
Intangível líquido		60.501	(64)	60.437

Custo	Prazo de amortização em anos	31 de dezembro de 2024		
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Programas de computador	5	464.421	-	464.421
Marcas e patentes		60.437	-	60.437
Total		524.858	-	524.858
Amortização				
Programas de computador		(463.767)	(590)	(464.357)
Total		(463.767)	(590)	(464.357)
Intangível líquido		61.091	(590)	60.501

A movimentação do intangível para o Consolidado é apresentada a seguir:

Custo	Prazo de amortização em anos	31 de dezembro de 2025			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Programas de computador	5	464.421	-	-	464.421
Marcas e patentes		60.437	-	-	60.437

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



Total	524.858	-	-	524.858
-------	---------	---	---	---------

Amortização

Programas de computador	(464.357)	(64)	-	(464.421)
Total	(464.357)	(64)	-	(464.421)

Intangível líquido

60.437	(64)	60.437
--------	------	--------

31 de dezembro de 2024

Custo	Prazo de amortização em anos	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Programas de computador	5	464.421	-	-	464.421
Marcas e patentes		60.437	-	-	60.437
Total		524.858	-	-	524.858

Amortização

Programas de computador	(463.767)	(590)	-	(464.357)
Total	(463.767)	(590)	-	(464.357)

Intangível líquido

61.091	(590)	60.501
--------	-------	--------

10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores diversos	146.943	53.655	408.085	1.079.500
Fornecedores estrangeiros	-	3.654	212.920	3.654
	146.943	57.309	621.005	1.083.154

11 Obrigações tributárias – Controladora e Consolidado

	2025	2024
Imposto Sobre Serviços - ISS a recolher	7.032	5.164
IRRF sobre folha a recolher	115.838	103.647
Contribuições a recolher	4.610	4.658
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF de terceiros a recolher	1.945	783
ISS retido a recolher	103	98
Instituto Nacional do Seguro Social INSS retido de terceiros	232	232
Imposto de Renda - IR sobre aluguel	2.106	1.985
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB	12.658	11.619
Programa de Integração Social - PIS cumulativo	2.285	1.679
COFINS cumulativo	10.548	7.745
COFINS não cumulativo	-	-
	157.357	137.611

12 Obrigações trabalhistas – Controladora e Consolidado

	2025	2024
Obrigações previdenciárias e FGTS	125.275	59.098
Férias e outros benefícios	313.886	240.624
	439.161	299.722

13 Passivo de arrendamento – Controladora e Consolidado

	Circulante		Não circulante		Vencimento	Amortização Principal	Encargos Financeiros
	2025	2024	2025	2024			
Arrendamento de imóveis a pagar - SP	81.257	80.946	-	80.946	01/12/26	Mensal	19,15% a.a.
(-) AVP - Juros a apropriar	(7.236)	(19.082)	-	(7.235)			
Arrendamento de imóveis a pagar - SC	90.255	87.601	67.691	153.301	01/09/27	Mensal	19,15% a.a.
(-) AVP - Juros a apropriar	(17.073)	(28.818)	(5.836)	(22.313)			
Total Controladora e Consolidado	147.203	120.647	61.855	204.699			

Movimentação do saldo de arrendamentos:

	2025
Saldo inicial	325.346
Adição	4.445
Juros	48.167
Amortização do principal	(120.733)
Amortização de Juros	(48.167)
	209.058

	2024
Saldo inicial	126.492
Adição	341.384
Juros	19.319
Amortização do principal	(142.530)
Amortização de Juros	(19.319)
	325.346

Valores reconhecidos ao resultado:

Valores reconhecidos no resultado	2025
Juros sobre arrendamentos	48.167
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	135.424
	183.591
Valores reconhecidos no resultado	2024
Juros sobre arrendamentos	19.319
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	118.593
	137.912

14 Subvenção Governamental

A Empresa celebrou contrato de apoio financeiro com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) o montante total do contrato é de R\$ 5.441.560 a título de subvenção econômica, tendo recebido em 2025 o montante de R\$ 3.778.000. O prazo total das subvenções é de 36 meses com recursos aplicados no desenvolvimento de um único projeto com o objetivo de conduzir uma pesquisa clínica multicêntrica para validar o sistema brain4care em termos clínicos, técnicos e econômicos no SUS para a triagem de hipertensão intracraniana (HIC) em casos de traumatismo cranioencefálico (TCE) e acidente vascular cerebral (AVC). O estudo comparará a sensibilidade, especificidade e acurácia do sistema com padrões-ouro, como exames de imagem e avaliações clínicas, e incluirá simulações computacionais para aprimorar os parâmetros associados e aumentar o desempenho do sistema. O projeto também visa identificar e abordar lacunas na integração do sistema aos protocolos hospitalares, adaptando a tecnologia ao contexto do SUS, e avaliar sua eficácia em diferentes cenários de atendimento emergencial. Por

fim, a pesquisa examinará o impacto financeiro do uso do sistema, avaliando possíveis economias relacionadas a otimização de exames de imagem, gestão de transporte, necessidade de monitorização invasiva e giro de leito.

O contrato firmado foi reconhecido como passivo de assistência governamental conforme valores liberados em conta corrente. O reconhecimento e a contabilização da subvenção seguem as disposições do CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais, bem como outras normas e legislações contábeis aplicáveis, incluindo a Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017, que regula os efeitos tributários relacionados a subvenções para investimento. A subvenção econômica recebida está sujeita a contrapartidas, especificadas no contrato firmado com a FINEP, incluindo: prestação de contas técnica e financeira periódica; alcance de metas previamente acordadas; entre outras condições. Em 31 de dezembro de 2025 estavam registrados na rubrica de subvenção os montantes recebidos da primeira parcela do projeto conforme abaixo:

Consolidado e controladora	31/12/2025
Projeto 1608763	3.788.000
(-) Apropriação em 2025	(55.890)
Total	3.722.110

15 Imposto de renda e Contribuição social

a) Conciliação do imposto corrente

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(16.920.390)	(19.066.673)	(17.021.133)	(19.396.265)
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	5.752.933	6.482.669	5.787.186	6.594.730
Equivalência patrimonial	(2.700.433)	(3.119.081)	-	-
Diferenças temporárias e base negativas não reconhecidas	(3.055.334)	(3.422.606)	(5.790.020)	(6.653.748)
Adições e exclusões permanentes	6.264	(33.377)	6.264	(33.377)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	3.430	(11.626)	3.430	(11.626)

b) Movimentação do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos – Controladora e Consolidado

	2025				2024			
	Diferenças temporárias ativo	Imposto de renda -25%	Contribuição Social -9%	Total	Diferenças temporárias passivo	Imposto de renda -25%	Contribuição Social -9%	Total
Variação cambial - Competência x Caixa	(13.040)	(3.260)	(1.174)	(4.434)	232	58	21	79
Arrendamentos - CPC 06	14.359	3.635	1.309	4.944	5.559	1.390	500	1.890
Provisão - PECLD	8.826	2.207	794	3.001	(5.555)	(1.389)	(500)	(1.889)
	10.325	2.582	929	3.511	236	59	21	80

c) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os itens acima, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios.

	2025	2024	Vencimento
Opção de ações outorgadas	727.562	629.077	Sem prazo de prescrição
Prejuízos fiscais e base negativa acumulados	22.645.018	19.556.555	Sem prazo de prescrição
	23.372.580	20.185.632	

16 Investimento em controlada – Controlada

A Companhia possui participação de 98,72% na controlada Braincare USA CORP. A Administração efetuou a avaliação do investimento e entende que deve efetuar a mensuração por equivalência patrimonial devido à controlada pertencer ao mesmo grupo econômico, bem como possuir compartilhamento da Administração.

Braincare USA CORP	2025	2024
Participação (%)	98,72%	98,66%
Ativo circulante	1.222.954	317.520
Ativo não circulante	115.601	204.643
Total do ativo	1.338.555	522.163
Passivo circulante	686.982	1.032.036
Total do passivo	686.982	1.032.036
Patrimônio líquido	651.573	(509.873)
Movimentação do investimento		
Receita Líquida	689.735	-
Despesas administrativas e gerais	(9.832.202)	(11.391.724)
Prejuízo dos exercícios	(9.142.467)	(11.391.724)
Saldo contábil no início do exercício	(503.041)	390.655
Aumento de capital	8.992.765	8.365.470
Variação cambial sobre investimentos no exterior	38.099	81.677
Diluição de participação de não controladores	(114.845)	(167.074)
Equivalência patrimonial	(7.769.745)	(9.245.533)
Lucros não realizados acumulado	(33.903)	-
Lucros não realizados no período	(172.707)	71.765
Provisão para perda no investimento	-	(503.041)
Investimento	436.623	-

17 Patrimônio líquido

a) Capital social

<i>Em ações</i>		Ordinárias		Preferenciais	
		2025	2024	2025	2024
Em 1o. de janeiro	Integralizadas	30.298	30.275	21.735	19.589
	a integralizar	1.862	1.885	-	-
Em 31 de dezembro	Integralizadas	-	23	2.310	2.146
	a integralizar	30.298	30.298	24.045	21.735
		1.862	1.862		-

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 era de 2.213.759,77 (capital integralizado R\$ 1.969.894,63), representado por 32.160 ações ordinárias e 24.045 ações preferenciais. Foram integralizadas 30.298 ações ordinárias e 24.045 ações preferenciais.

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 2.126.374,52 (capital integralizado R\$ 1.882.509,38), representado por 32.160 ações ordinárias e 21.735 ações preferenciais.

Ao longo do exercício de 2024 foi autorizado um aumento de capital pela AGE de 10 de junho de 2024, com emissão de 2.146 ações preferenciais que foram subscritas pelas acionistas YGEIA INVESTMENT L.P. e MILETUS I LLC. Estas ações foram totalmente integralizadas durante o exercício. Também foram integralizadas 23 ações ordinárias relativas ao exercício de opções do programa de Stock Options.

Ao longo do exercício de 2025 foi autorizado um aumento de capital pela AGE de 18 de fevereiro de 2025, com emissão de 2.310 ações preferenciais que foram subscritas pela acionista YGEIA INVESTMENT L.P. Estas ações foram totalmente integralizadas durante o exercício.

b) Plano de opção de ações

O plano de pagamento baseados em ações foi emitido em 01 de julho de 2019, conforme foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária no dia 21 de março de 2019. Tal plano terá prazo máximo de exercício de 10 anos, sendo que os participantes têm as opções de outorga a partir do segundo ano no plano e o seu prazo final de maturidade se encerra em cinco anos. O valor justo de cada opção concedida foi estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções *Black & Scholes* e a Companhia reconheceu em 2025 o montante de R\$ 289.662 (R\$ 74.682 em 2024) de plano de opções de compra de ações em reservas de capital.

c) Reservas de capital

As reservas de capital representam o excesso do preço de subscrição que não foi atribuído ao capital social resultante dos aumentos de capital de 2019 a 2025.

		Realizados no exercício	Saldo acumulado
Em 31/12/2023		18.748.263	81.151.493
17/01/24	Exercício de opções	3.937	81.155.430
14/06/24	Aporte Miletus	1.037.389	82.192.819
27/06/24	Aporte Miletus	1.075.145	83.267.964
31/07/24	Aporte Miletus	1.663.168	84.931.132
28/08/24	Aporte Miletus	2.722.023	87.653.155
06/11/24	Aporte Ygeia	1.409.391	89.062.546
27/11/24	Aporte Ygeia	3.161.466	92.224.012
02/12/24	Exercício de Opções	15.734	92.239.746
10/12/24	Aporte Miletus	231	92.239.977
19/12/24	Aporte Ygeia	357	92.240.334
24/12/24	Exercício de opções	33.469	92.273.803
31/12/24	Stock Options	74.682	92.348.485
Em 31/12/2024		11.196.992	92.348.485
01/03/25	Aporte Ygeia	939.648	93.288.133
25/03/25	Aporte Ygeia	10.940.863	104.228.996
28/03/25	Aporte Ygeia	4.990.601	109.219.596
31/12/25	Stock Options	289.663	109.509.259
Em 31/12/2025		17.160.774	109.509.259

d) Prejuízo acumulado

A Companhia acumulava prejuízos de R\$ 105.243.168 em 2025 (R\$ 88.326.208 em 2024). A evolução do prejuízo acumulado está conforme o “Planejamento de Longo Prazo do Grupo” (*Business Plan*) considerando que a Companhia atua no setor de inovação em tecnologia de saúde que tem como característica longos períodos de investimento em pesquisa, desenvolvimento, regulatório e mercado antes da geração de caixa. O Planejamento de Longo Prazo atualizado em 2025 prevê o equilíbrio financeiro da operação brasileira para o ano de 2028.

e) Ajustes e avaliação patrimonial

Estão registrados os ajustes de conversão de moeda estrangeira apurados na conversão das demonstrações financeiras da controlada Braincare USA CORP, para a moeda funcional da Companhia. Além disso, outros resultados abrangentes de movimentações de lucros não realizados com a controlada.

18 Seguros

O Grupo possuía em 31 de dezembro de 2025 as seguintes apólices de seguros:

Segurada	Seguradora	Cobertura	Valor indenizável	Validade
Controladora	Porto Seguro	Escritório SP: Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$450.000,00	12/11/2026
		Escritório SP: Danos elétricos	R\$40.000,00	12/11/2026
	Sancor	Sede São Carlos: Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$79.052,39	24/09/2026
	Seguro Imo. Empresarial			

O Grupo possuía em 31 de dezembro de 2024 as seguintes apólices de seguros:

Segurada	Seguradora	Cobertura	Valor indenizável	Validade
Controladora	Porto Seguro	Escritório SP: Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$450.000	12/11/2025
		Escritório SP: Danos elétricos	R\$40.000	12/11/2025
		Sede São Carlos: Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$148.500	24/09/2025

19 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado. A Companhia e sua controlada não transaciona instrumentos derivativos nem tem nenhum compromisso que não esteja registrado nas demonstrações financeiras nem divulgado em notas explicativas. A administração da Companhia considerando a natureza dos instrumentos financeiros e seus prazos de realização/liquidação, é da opinião de que os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentando variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de eventual prejuízo financeiro, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Adicionalmente os instrumentos financeiros ativos estão representados por aplicações financeiras em bancos de primeira linha e com avaliação de baixo risco de perdas ou mudança de valor, dadas as características das aplicações financeiras. O saldo com risco de crédito são os saldos de contas a receber e outros ativos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e sua controlada não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus créditos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa é monitorado periodicamente, haja visto, que a Companhia ainda não atingiu o ponto de equilíbrio financeiro, portanto depende da injeção de capital de acionistas para financiar suas atividades.

Instrumentos financeiros por categoria

O valor justo dos ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado se aproxima do valor justo divulgado. Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia e sua controlada estão apresentados a seguir:

Valor justo por meio do resultado	Nível	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras	2	4.808.201	2.597.980	4.808.201	2.597.980
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		-	113	-	113
Contas a receber (sem o efeito da PECLD)		787.634	158.067	1.362.634	158.067
Fornecedores		146.943	57.309	621.005	1.083.153

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



Arrendamentos a pagar	209.058	325.346	209.058	325.346
-----------------------	---------	---------	---------	---------

Risco de capital

A Companhia e sua controlada administram seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo, em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização dos saldos das dívidas e do patrimônio.

20 Receita operacional líquida

Nos exercícios de 2025 e 2024 a Companhia gerou receita substancialmente pela prestação de serviço de locação e venda de equipamentos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de serviços	3.709.664	2.874.711	4.399.400	2.874.711
Receita bruta de vendas	534.325	178.949	327.899	-
Deduções	(343.144)	(291.784)	(343.144)	(291.783)
	3.900.846	2.761.877	4.384.155	2.582.928

Os impostos incidentes sobre a receita de serviços são ISS, PIS e COFINS. As alíquotas padrão são para o ISS 2%, para o PIS e COFINS são 0,65% e 3,00% sobre as receitas com licenciamento de uso e 1,65% e 7,60% para as demais receitas respectivamente. Dependendo do local onde o serviço é prestado, podem ocorrer variações no ISS. Para os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia optou pelo CPRB – Contribuição previdenciária sobre a receita com uma alíquota de 3,6% (4,5% em 2024) sobre a receita de serviços.

As receitas do maior cliente representaram aproximadamente 7,7% da receita total em 2025 (6,9% em 2024).

21 Custo dos serviços prestados e Mercadorias vendidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mão de obra	(797.591)	(349.609)	(797.592)	(349.609)
Gastos gerais de fabricação	(97.174)	(301.196)	(97.174)	(301.196)
Custo das mercadorias vendidas/Ajustes nos estoques	(95.997)	(154.078)	(62.277)	(107.383)
	(990.762)	(804.883)	(957.043)	(758.188)

22 Despesas por natureza

Despesas com vendas – Controladora e Consolidado

	2025	2024
Promoções e eventos	(477.539)	(196.815)
Provisão perda estimada créditos liquidação duvidosa	(8.980)	(2.439)
Serviços contratados	(173.812)	(130.349)
Brindes	(329)	(5.407)
	(660.660)	(335.010)

Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(6.566.763)	(6.967.650)	(12.071.013)	(12.149.147)
Estrutura (**)	(1.563.433)	(1.298.157)	(2.619.923)	(2.493.714)
Viagens e representações	(1.302.691)	(764.330)	(2.373.102)	(1.548.790)

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



Serviços contratados (*)	(2.604.212)	(2.327.920)	(3.018.218)	(3.881.701)
Tributárias	(98.668)	(119.599)	(98.668)	(119.599)
Outras	(50.675)	(208.888)	(632.782)	(878.113)
(+) Subvenção governamental - Finep	55.891	-	55.891	-
	(12.130.551)	(11.686.544)	(20.757.815)	(21.071.064)

(*) Serviços contratados na Controladora são predominantemente relacionados a despesas com consultoria, especialmente em projetos não recorrentes.

(**) As despesas com estrutura incluem depreciação e amortização de R\$ 754.352 em 2025 (R\$ 308.510 em 2024) e amortização sobre arrendamentos de imóveis operacionais de R\$ 135.424 em 2025 (R\$ 118.593 em 2024).

Outras receitas (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Outras receitas</u>				
Recuperação de despesas/Indenização	30.989	4.140	98.031	17.554
	30.989	4.140	98.031	17.554
<u>Outras despesas</u>				
Plano de opção de ações (nota explicativa 15 b)	(289.662)	(74.681)	(289.662)	(74.681)
	(289.662)	(74.681)	(289.662)	(74.681)
	(258.673)	(70.541)	(191.631)	(57.126)

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Despesas financeiras</u>				
Variação cambial passiva	(6.243)	(17.372)	(6.243)	(17.372)
Juros e multas pagos	(231)	(439)	(231)	(439)
Descontos Concedidos	(1.028)	(465)	(1.028)	(465)
IOF	(163.600)	(103.794)	(163.600)	(103.794)
Despesas Bancárias	(17.063)	(12.630)	(17.063)	(12.630)
Juros s/arrendamento	(48.167)	(19.319)	(48.167)	(19.319)
	(236.332)	(154.019)	(236.332)	(154.019)
<u>Receitas financeiras</u>				
Variação cambial ativa	15.076	28.158	15.077	28.158
Juros	698	322	698	322
Rendimentos sobre aplicação financeira	1.356.467	342.258	1.356.467	342.258
Atualização Selic	9.192	19.105	9.192	19.105
Juros empréstimo Braincare USA Corp	16.759	6.372	16.759	6.372
	1.398.192	396.215	1.398.193	396.215
	1.161.860	242.196	1.161.860	242.196

24 Provisão para demandas judiciais

O Grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avaliou e determinou que não existem processos a serem registrados ou divulgados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

25 Transações com partes relacionadas

a. Controladora final

A Companhia é controlada pela Miletus I LLC. e Família Mascarenhas , cujas participações são de 28,54% e 24,89%, respectivamente.

b. Remuneração de pessoal chave da Administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, que foram registradas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram de R\$1.761.208 e R\$1.394.988 respectivamente. A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

a. Outras transações com partes relacionadas

Montantes incorridos durante o exercício

Natureza	Receita (Despesa)				
	Controlador		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Braincare USA CORP	Receita de vendas	206.426	178.950	-	-
	Custo dos produtos vendidos	(33.719)	(46.965)	-	-
		172.707	132.255	-	-

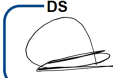


Montantes reconhecidos no balanço patrimonial

Natureza	Saldo em aberto				
	Controlador		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Braincare USA CORP	Duplicatas a receber	212.920	-	-	-
	Empréstimo com partes relacionadas (Carlos Bremer)	-	-	-	6.192
		212.920	-	-	6.192

Eventos subsequentes


Aumento de capital autorizado pela Assembleia Geral dos Acionistas

Em 06 de fevereiro de 2026, os acionistas da companhia, reunidos em assembleia geral extraordinária, aprovaram o aumento de capital social de 2.213.759,77 (dois milhões, duzentos e treze mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos) para R\$ 2.328.769,98 (dois milhões, trezentos e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos), aumento esse de R\$ 115.010,21 (cento e quinze mil, dez reais e vinte e um centavos). Foram emitidas 3.080 (três mil e oitenta) ações, sendo 3.003 (três mil e três) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de US\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil dólares), montante que, conforme a cotação do dia 05 de fevereiro de 2026, corresponde a R\$ 20.506.200,00 (vinte milhões quinhentos e seis mil e duzentos reais); e 77 (setenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 525.800,00 (quinhentos e vinte e cinco mil e oitocentos reais). Até o momento, já foram integralizadas 1680 ações preferenciais pelo valor total de R\$ 11.594.136,77. O prazo para integralização das ações restantes é 31/12/2026.

DS  Rubrica  Rubrica 

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 dezembro de 2025
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)

DocuSigned By: *



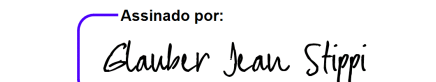
7BC4BD7DC29C44D...
Plinio Sérgio Targa
Diretor presidente

Assinado por:



7C38D6DAF63E4AB...
Pedro Alfredo Maffei Filho
Diretor financeiro

Assinado por:



B82F5EE25747429...
Glauber Jean Stippi
Contador CT/CRC: 1SP175174/O-4